

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CONDEFI**
11/05/2016

Aos 11 dias do mês de maio de 2016, às 15:10, na sede da Universidade Paulista (UNIP) de Santos, sito na Rua Francisco Manoel, s/n, presidida pelo seu Presidente Luciano Marques e secretariada por Daniel Monteiro, deu por aberta a reunião ordinária mensal de maio, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEFI; 2- RELATO DAS COMISSÕES; 3 – ASSUNTOS GERAIS. 1 – **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do CONDEFI:** Face a ausência do conselheiro Eduardo Ravasini, atualmente em férias, as atas não poderão ser apreciadas. 2 – **Relato das Comissões:** Cumprimentou todas as Comissões pelo empenho e pelo trabalho que vem sendo realizado. **Comissão de Acessibilidade:** Relato feito pelo conselheiro Ricardo Martins, Coordenador da comissão: A comissão de acessibilidade reuniu-se no último dia 05 de maio de 2016 e deliberou sobre a Central de Libras, e ficou definido que o CONDEFI solicitaria reunião com os secretários de Gestão e Cidadania para propor mudanças e melhorias na central, porém a reunião acabou sendo cancelada. O colegiado solicitou ao conselheiro Nicola brevidade no agendamento de nova data. A comissão propôs que a Central seja totalmente revista, pois hoje vem sendo insuficiente com uma única profissional em horário comercial, o que não atende ao cidadão surdo, uma vez insuficiente o trabalho nos moldes do convênio com o governo federal. Foi sugerido que seria interessante o município assumir integralmente a central de Libras. Nicola informou que já foi aberto processo para a incorporação de mais dois profissionais, além de outras mudanças que serão detalhados com a comissão. Ricardo explicou sobre a grande demanda de processo que chegam à comissão, seja por demandas do Ministério Público e outras demandas internas do município, sendo que a comissão trabalha com um número reduzido de conselheiros. Luciano informou que os conceitos de acessibilidade sofreram mudanças ao passar do tempo, abrangendo muito mais itens que a acessibilidade arquitetônica. Assim sendo, solicitou às demais comissões que atuem junto aos outros gêneros de acessibilidade e passem a demandar a comissão de acessibilidade no que disser respeito à acessibilidade arquitetônica, realizando trabalhos conjuntos e evitando a sobrecarga de trabalho. O Conselheiro José Amado sugeriu que faça parte da vistoria, que os estabelecimentos contem com telefone para surdos, que funcionem como se fosse o Skype, a exemplo do que existe na Congregação Santista de Surdos. A Conselheira Célia sugeriu que o Condefi tenha um estagiário de arquitetura. Nicola comentou que o Procon fez um termo de cooperação com uma Universidade, no qual a Prefeitura assinava o relatório de estágio e o aluno cumpria suas atividades complementares no Procon, sendo que a mesma coisa poder-se-ia fazer com o Condefi. Luciano e Ricardo apontaram que a vistoria na travessia das barcas entre Santos e Vicente de Carvalho não aconteceu e que nesta semana deveria ser marcada nova data para fazer uma vistoria naquele terminal para corrigir erros no projeto apresentado ao Ministério Público. A comissão marcou a vistoria, que acontecerá na próxima sexta-feira,

dia 13 de maio às 10 h. A Conselheira Cristiane Zamari perguntou sobre onde deveria estar o processo de acessibilidade do Aquário e Orquidário, o qual a Celia comprometeu-se em procurar na sede do Conselho. Ricardo apontou que estamos enfrentando problemas no Valongo por conta dos órgãos de patrimônio histórico que estão inviabilizando as obras de acessibilidade. Luciano disse que está aguardo uma reunião conjunta ente o Ministério Público, CONDEFI e Patrimônio Histórico para resolver a questão. **Comissão de Educação:** Face a ausência da Coordenadora da comissão, Conselheira Carla Heilmann, a Conselheira Luana fez o relato. A comissão discutiu a norma técnica 35 do MEC que trata da supervisão e avaliação das entidades que atuam com AEE. Devido à especificidade desta nota e da portaria que institui novas determinações acerca do tema, a Comissão solicitou ao Condefi que inclua o assunto em pauta para que as entidades sejam orientadas sobre as novas determinações. Solicitam também apresentar em Plenária a escola bilíngüe, que já vem sendo apresentada como piloto em duas escolas: UME Pedro II e 28 de fevereiro. Mereceu destaque, também, a atuação dos mediadores e as definições sobre os casos dos alunos que precisam e daqueles que não precisam da mediação. Luciano relatou o projeto do Condefi nas Escolas, que teve atividades renovadas em EJAS em 2016. Os conselheiros Luana, Cristiane, Daniel, Célia e Naira já acompanharam o Luciano neste projeto. Aproveitando, eles convidaram a todos os membros da Comissão de Educação para estarem presentes nas palestras. A Conselheira Terezinha Carmen Gandelman, representante da UNIP ofereceu a instituição para iniciar o projeto nesta Universidade para trabalhar a formação dos professores, que poderia ser levado para esta e outras Universidades que formassem educadores. **Comissão de Transporte e Trânsito:** A Coordenadora da Comissão, Roseli, informou que não tem demanda reprimida e que já vem trabalhando com as propostas da VII Conferência Municipal. Na oportunidade ela entregou as propostas da Conferência relacionadas ao transporte e os respectivos encaminhamentos. A Conselheira Célia pede para receber pelo e-mail do Condefi estes encaminhamentos. O Conselheiro José Amado reclamou das dificuldades para usar o byke Santos, pois precisa usar o telefone. Nicola explicou que o aplicativo do programa pode ser usado e não tem necessidade do uso da telefonia para isso. Se preferir, o cidadão pode usar o próprio cartão transporte para usar o byke Santos. Luzia informou que a EMTU não renovou a gratuidade de transporte dela pelo fato dela trabalhar, e que a EMTU está impondo obstáculos desproporcionais. Luciano alertou que isto é fruto de pressão da Viação Piracicabana e pode ser uma demanda do Condefi. **Comissão de Saúde:** A conselheira Regina Helena relatou que na última reunião esta Comissão encaminhou seis processos pendentes para a Secretaria de Saúde e marcou uma reunião extraordinária para o próximo dia 17 de maio, às 09:30 h, para trabalhar as propostas da VII Conferência. **Comissão de Esportes:** Ante à ausência do conselheiro Bruno, Coordenador da Comissão, o conselheiro Eduardo Leonel assumiu o relato e avisou ter dificuldade para encontrar uma data para esta Comissão reunir-se, pois o Bruno, coordenador da comissão não tem podido estar presente. O Presidente Luciano falou que mesmo sem o coordenador, a Comissão precisa reunir-se e que os demais

conselheiros precisam sentir-se à vontade para marcarem as reuniões para o prosseguimento do trabalho. **Comissão de Assistência Social:** Face às férias de Eduardo Ravasini, coordenador da comissão, a conselheira Cristina assumiu o relato. Informou que a Comissão conversou sobre as propostas da Conferência e os processos pendentes. Ficou sugerido que na próxima plenária sejam debatidas algumas propostas que deixaram dúvidas e merecem deliberação a respeito. Como exemplo, temos a criação de Repúblicas para pessoas com deficiência, o que pode ser confundido com as Residências Inclusivas. Para sanar estas e outras dúvidas sobre equipamentos da Assistência Social já existentes, o Condefi solicitará imediatamente uma Audiência com a Secretária de Assistência. Celia perguntou se a comissão chegou a visitar as Residências Inclusivas. Renata explicou que não conseguiu fazer a visita por incompatibilidade de agenda, nenhuma das residências pôde ainda ser visitada. Celia também perguntou se a Comissão não vai vistoriar a situação da empregabilidade de pessoas com deficiência, pois o Condefi encaminha as pessoas para o Centro Público de Emprego, e os municípios voltam queixando-se muito do atendimento. A comissão relatou uma proposta da Conferência de 2009 sobre o levantamento estatístico das pessoas com deficiência na Área Central e que precisará ser refeito para buscar informações mais atualizadas. A Conselheira Lurdes perguntou se as pessoas que saírem da residência inclusiva terão acompanhamento. Renata respondeu que sim.

Comissão de Ordem Jurídica: O Coordenador da Comissão relatou que no dia 05 de maio de 2016, às 14:30 na sede do Ministério Público do Estado de SP teve lugar reunião de trabalho conjunta entre o a Promotoria dos direitos das pessoas com deficiência, a Comissão de Ordem Jurídica do Condefi e a Comissão de direitos das pessoas com deficiência da OAB Santos. Presentes encontravam-se os conselheiros Daniel, Naira, Cristiane, Adriana e Marcelo. Pelo Ministério Público o Dr. Daniel, Promotor dos direitos das pessoas com deficiência, e pela OAB Santos, os doutores Cauê Tallarico e Roberto. Foram tratados assuntos de trabalho conjunto entre as três instâncias. Em resumo merecem destaques os seguintes pontos: **Saúde:** a representação sobre a negativa de atendimento da Rede Lucy Montoro apresentada pelo Condefi ainda não foi distribuída devido a uma correição pela qual o Ministério Público passou, situação que atrasou um pouco a distribuição dos procedimentos. Uma vez distribuído o procedimento o Dr. Daniel entrará em contato com os centros de apoio do Ministério Público para levantar ações da mesma natureza em outras promotorias nas outras regiões do Estado, de modo que o Ministério Público demande o Estado em conjunto e possa buscar uma solução unificada para o atendimento aos reabilitandos. Caso isto não seja possível será necessária propositura de ação judicial contra o governo do Estado exigindo a mudança nos regulamentos e critérios de elegibilidade.

Educação: dificuldades no cumprimento dos dispositivos da LBI, os quais reafirmaram e ratificaram direitos já conquistados, como a criminalização da recusa de alunos com deficiência, a proibição de cobrança de valores adicionais e os caminhos judiciais a serem seguidos pelos pais que observarem os direitos de seus filhos violados- Ação Civil Pública de obrigação de fazer nos casos de negligência aos requisitos legais exigidos pela lei vigente como instalação e utilização de sala de

recursos (AEE), o fornecimento de mediadores e suas capacitações para exercer tal cargo, acessibilidade arquitetônica). Instauração de inquérito civil, com a presença de assistente social e pedagoga para analisar o caso em questão. Configurando os tipos penais - Ação Pública Incondicionada, de acordo com a LBI e o ECA. O membro do Ministério Público informou que pode ser demandado nos casos concretos para obrigar os estabelecimentos de ensino a cumprirem os dispositivos legais. Recomendou que seja feito trabalho conjunto entre as promotorias da pessoas com deficiência e da infância e juventude, para atuarem tanto no direito à educação quanto no tocante à acessibilidade, uma vez que a recusa de um aluno com deficiência pressupõe a recusa de todos os demais, o que pode configurar a violação de um direito coletivo e ensejar a atuação do MPE. Foi ressaltada, também, a necessidade de que o MPE visite algumas unidades municipais de ensino tidas como acessíveis, para certificar o real cumprimento da acessibilidade e adequação destas unidades. Vale atentar para o fato de que existem diversas creches conveniadas, muitas das quais sem qualquer acessibilidade e que também deverão fazer parte deste procedimento. **Transporte:** alunos da APAE adolescentes com dificuldade de transporte para os atendimentos. Dr. Daniel se propõe a ouvir a APAE e viabilizar uma solução, seja a manutenção do transporte ou a capacitação dos alunos para a locomoção independente, para num caso extremo ser proposta ação neste sentido. **Acessibilidade:** praças e parques acessíveis - obrigatoriedade e cobrança. **Calçadas:** necessidade de atuação junto à Câmara municipal pelo projeto de padronização das calçadas, para que se mantenha o mosaico português apenas na orla da praia e nos locais de interesse turístico no sentido de não descaracterizar a marca histórica da cidade. **Prédios sem acessibilidade:** após negociação com o município de Santos o Ministério Público editou resolução para engenheiros e arquitetos propondo a valorização da acessibilidade como critério técnico para a liberação de obras, renovações de alvarás etc. Observação: esta resolução será disponibilizada para o Condefi por e-mail e será socializada junto à comissão de acessibilidade. **Aquário e Orquidário:** o atual processo, já está em andamento há alguns anos e trata especificamente da acessibilidade arquitetônica, parcialmente contemplada em ambos equipamentos. Sobre a **acessibilidade comunicacional**, já tratada em reunião do Condefi, foi relatado ao promotor a oficina de audiodescrição pela qual passaram profissionais daqueles locais e poder-se-ia aproveitar o ensejo para um projeto específico de acessibilidade comunicacional. Para isso, o MP encaminhou o referido Inquérito ao Condefi para que seja realizada nova vistoria para se certificar da efetivação das alterações de acessibilidade fornecidas através do laudo da Prefeitura. Dr. Daniel se dispôs a colaborar e participar das negociações e se for necessário dar início a novo inquérito civil para tratar especificamente destes recursos de acessibilidade. **Terminal do Valongo:** dificuldades enfrentadas por obstáculos impostos pelos órgãos de proteção do patrimônio histórico, os quais atrapalham os projetos de acessibilidade do Valongo e outros locais de interesse histórico. Assim sendo o Condefi sugere, que o MP acolha a proposta de reunião conjunta entre o Condefi, Condepasa / Condepat e Ministério Público. 3 – **Assuntos Gerais:** O Presidente solicitou aos conselheiros para ajudá-lo a ler as Atas das reuniões desde a fundação do Conselho,

para saber quem foram os Conselheiros atuantes no Conselho e preparar as homenagens aos seus participantes desde o início dos trabalhos. A seguir falou-se sobre o Programa Santos Acessível. Ficou convocada plenária extraordinária para o dia 25 de maio de 2016, às 15:00 na UNIP, para tratar extraordinariamente do programa Santos Acessível. Na última reunião o Condefi foram escolhidos os membros da comissão, o qual se reunirá e apresentará o Regulamento para a plenária aprovar na reunião extraordinária. Daniel pontuou sobre o I Seminário sobre o empoderamento da mulher com deficiência visual. Celia informou que não conseguiu embarcar para a Conferência Nacional de Políticas Públicas para as mulheres devido a problemas com a emissão das passagens de seus acompanhantes que foi comprada de forma inadequada. Mediante o ocorrido o Condefi registrou seu repúdio à organização da secretaria nacional de políticas para as mulheres. Sem nada mais a tratar o Presidente encerrou os trabalhos às 16:55.

LUCIANO MARQUES DE SOUZA
PRESIDENTE

DANIEL MONTEIRO
CONSELHEIRO